



PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

MUNICÍPIO DE



ADOLFO, MAIO DE 2011

1 – PREÂMBULO

O Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, do município de Adolfo, visa atender a Lei Federal nº. 12.305/2010 combinado com o Art. 51 e § 1º. do Decreto 7.404, em seus princípios fundamentais:

- I – universalização do acesso;
- II – integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando a população acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- III – manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e proteção do meio ambiente;
- IV – adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- V – articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional de habitação, combate a pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- VI – eficiência e sustentabilidade econômica;
- VII – utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- VIII – transparência das ações; baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- IX - controle social;
- X - segurança, qualidade e regularidade;
- XI – integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

2 – APRESENTAÇÃO

O município de Adolfo participa do Projeto Ambiental MUNICÍPIO VERDE AZUL, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, tendo obtido a certificação do Selo Verde nos anos de 2009 e 2010.

Entendendo serem as questões ambientais importantes para a qualidade de vida dos cidadãos inclusive com reflexos na saúde pública, a Prefeitura Municipal de Adolfo sempre tratou com atenção as causas ambientais destacando a coleta e destinação dos resíduos sólidos.

Contando com aterro sanitário em vala, com licença de instalação nº 28000923 Processo nº 28/00613/02 de 18/12/2002 e licença de funcionamento nº 28000627 Processo nº 28/00731/01 de 16/04/2002, localizado na Estrada Vicinal Adolfo/Mendonça km 3,5 – Fazenda Santa Maria – Zona Rural do Município de Adolfo. Com licença aprovada pela CETESB,

indicando vida útil para 41 anos. Coletando em média 2,6 toneladas/dia de resíduos domiciliares. Para a prestação desse serviço o município conta com um caminhão coletor de lixo, uma retroescavadeira, uma pá carregadeira e um triturador de galhos. Considerando a coleta diária de 2,6 toneladas de resíduos domiciliares, per capita de aproximadamente 0,8 kg. No período Outubro/2009 a Setembro/2010 o total coletado foi de 624 Ton/ano, desse total a coleta seletiva (autônoma) é responsável pela retirada de 93,6 Ton/ano, representando 15% do total coletado;

No local do aterro é terminantemente proibida a ação de catadores, e o manejo adequado do aterro com o soterramento diário do lixo inibe a presença de urubus e a proliferação de vetores.

Os resíduos de Saúde que representam 2% do total coletado são recolhidos por empresa terceirizada tendo destinação adequada em outro município;

Quanto aos resíduos da construção civil e os resíduos de podas de vegetação urbana são depositados em área apropriada de propriedade da Prefeitura Municipal.

No município a educação ambiental é trabalhada de forma transversal em toda a rede pública de ensino, como ferramenta de conscientização.

Em resumo, o que hoje esta se tornando obrigação para alguns municípios, em Adolfo o assunto já é tratado como uma questão de qualidade de vida, antecedendo a imposição legal.

3 – INTRODUÇÃO

O reconhecimento da importância do envolvimento da sociedade na gestão dos resíduos sólidos, a valorização da reciclagem, aliada a promoção de ações educativas para mudanças e hábitos dos cidadãos constituem alguns dos elementos centrais para uma melhor gestão dos resíduos sólidos na área do município. Trata-se de prioridade relativamente nova para a maioria dos municípios, uma vez que apenas a partir do início da década de 1990 a questão ambiental foi incorporada por alguns governos municipais. Inúmeras razões explicam o desenvolvimento tardio destas novas prioridades: o descaso ou desconhecimento por parte da sociedade sobre os impactos socioambientais gerados pelos resíduos sólidos; a escassez de recursos públicos para esta atividade e uma cultura privilegiando abordagem técnica e socioambiental da questão.

Os resíduos sólidos ocuparam por muito tempo uma posição secundária no debate sobre saneamento, comparados as iniciativas no campo da água e esgotamento sanitário. Já na década de 1970, o plano nacional de saneamento denominado PLANASA, enfatizou a ampliação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, em detrimento de investimento de resíduos sólidos. Ao deixar a questão de resíduos sólidos em segundo plano, os governos federal, estadual e municipal, contribuíram para a proliferação de lixões, paralelo ao intenso processo de urbanização vivido pelo país.

Porem o agravamento dos problemas sócios ambientais, decorrentes da destinação inadequada de resíduos sólidos, estimulou a integração desta temática nos debates sobre saneamento no país, culminando com a implantação da lei 12.305/2010. Trata-se de avanço significativo, uma vez que os resíduos sólidos passaram a ser tratados como política pública. A valorização da questão dos resíduos sólidos contribui para que o conceito de saneamento se amplie passando a ser denominado Saneamento Ambiental.

Para os municípios, a opção do Governo Federal, representou um grande entrave. Desde 1988, com a promulgação da nova constituição, é de responsabilidade exclusiva dos municípios, o gerenciamento dos resíduos sólidos.

No Brasil, a disposição de resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários, ainda é precária, sendo que os resíduos são dispostos sobre o solo, más em depósitos irregulares, sem critérios construtivos e sem proteção do meio ambiente, os denominados lixões. Contudo, para bem atuar sobre os problemas dos resíduos sólidos é necessário que seja implantada uma política municipal de resíduos sólidos, que esteja alicerçada num programa de abordagem sistêmica, que contemplem ações que possibilitem a sua efetiva implementação no contexto da realidade do município. A política municipal para a gestão de resíduos sólidos possibilitará a participação e intervenção da sociedade no processo de gerenciamento desses resíduos. Para que este gerenciamento seja realmente participativo e que promova mudanças de questões culturais como o desperdício se faz necessária a mobilização dos diversos setores da sociedade. No entanto, dentro do contexto do gerenciamento integrado de resíduos sólidos, há que se destacar as unidades de disposição final de resíduos sólidos, aqui entendida como aterro sanitário, que é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza os princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho ou à intervalos menores se for necessário. Cabe destacar que dos 5.561 municípios brasileiros, 73,1% têm população inferior 20.000 habitantes. Nestes municípios 68,5% dos resíduos gerados são depositados em locais inadequados, os chamados lixões a céu aberto.

Contrariando o panorama nacional o município de Adolfo, coleta e dá a destinação final dos seus resíduos de forma adequada, o que equivale dizer, que o município, antecipou a própria legislação implantada pelo governo Federal.

Finalmente o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, tem o objetivo de promover e fomentar a não geração, o reaproveitamento, a reciclagem e a disposição adequada de resíduos sólidos com vistas à melhoria da saúde e da qualidade ambiental, na conformidade da Lei Federal.



4- OBJETIVOS

A Política Municipal de Resíduos Sólidos deverá ter como finalidade o desenvolvimento das atividades voltadas para o manejo adequado de resíduos em todo Município de Adolfo, de modo a promover, ações de coleta, transporte, reciclagem dos resíduos gerados; disposição final; gerenciamento integrado de resíduos sólidos; gerenciamento do monitoramento ambiental; economia dos recursos naturais; comunicação e informação dos resultados, visando preservar, controlar e recuperar o meio ambiente natural para a qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses municipais e à proteção da dignidade da vida humana. Como objetivos específicos, a Política Municipal de Resíduos Sólidos deverá procurar:

- I - Integrar e articular ações relativas à gestão de resíduos sólidos;
- II - Disciplinar a gestão, reduzir a quantidade e a nocividade dos resíduos sólidos

III - Preservar a saúde pública, proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente, eliminando os prejuízos causados pela geração ou disposição inadequada de resíduos sólidos;

IV - Estimular e valorizar as atividades de coleta de resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis;

V - Fomentar o reaproveitamento de resíduos como matérias primas;

VI - Propugnar pela imediata regularização, ou na impossibilidade dessa medida, pelo encerramento das atividades e extinção de locais que se preste à inadequada destinação de resíduos sólidos;

VII - Supervisionar e fiscalizar o gerenciamento, dos resíduos sólidos, executado pelos diversos responsáveis, de acordo com as competências e obrigações estabelecida;

VIII - Desenvolver e implementar ações relativas ao gerenciamento integrado de resíduos sólidos;

IX - Implementar ações de licenciamento ambiental;

X - Fomentar:

a) A adoção de métodos, técnicas e processos no gerenciamento dos resíduos sólidos e na prestação dos serviços de limpeza municipal que privilegiem a minimização desses resíduos;

b) Reutilização de produtos;

c) A destinação dos resíduos sólidos, de forma não prejudicial à saúde pública e compatível com a conservação do meio ambiente;

d) A formação de cooperativas ou associações de trabalhadores autônomos que realizem a coleta, o transporte, a triagem e o beneficiamento de resíduos sólidos reutilizáveis ou recicláveis;

e) O estímulo à ampliação de mercado para materiais secundários e produtos reciclados direta ou indiretamente;

f) A capacitação dos recursos humanos envolvidos em atividades relacionadas com o gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive a proteção e a assistência à saúde física e mental do trabalhador envolvido na operação dos serviços de limpeza municipal;

g) O desenvolvimento, a apropriação, a adaptação, o aperfeiçoamento e o uso efetivo de tecnologias adequadas ao gerenciamento de resíduos sólidos;

h) A implementação de ações de educação ambiental, em especial as relativas a padrões sustentáveis de consumo;

i) A adoção de soluções locais ou regionais, no encaminhamento dos problemas relativos a acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos;

j) A valorização dos resíduos sólidos por meio de reciclagem de seus componentes, ou tratamento para fins de compostagem.

5 - PRINCÍPIOS

Como mencionado anteriormente, a política municipal de resíduos sólidos pode ser entendida como sendo o conjunto de proposições necessárias para o cumprimento dos seguintes princípios básicos:

a) Função social da cidade;

- b) Função social da propriedade urbana;
- c) Função social da propriedade rural;
- d) Gestão democrática e participativa;
- e) Sustentabilidade.

Para que isso ocorra, alguns aspectos devem ser observados, sendo que a Política Municipal de Resíduos Sólidos, deverá atender a alguns princípios específicos, como a busca pela universalização e regularidade do atendimento nos serviços públicos de limpeza municipal, promovendo-se a prestação dos serviços essenciais à totalidade da população, dentro dos padrões de salubridade indispensáveis à saúde humana e aos seres vivos.

Ou seja, os serviços devem ser estendidos à toda população, adotando-se os mecanismos e tecnologias apropriadas e adaptadas que se fizerem necessárias.

No entanto, esta universalização não é obtida se outros atores, ou ações, se fizerem presentes, como a mobilização social e educação ambiental, de maneira que toda a cidade, ou comunidade, seja instada a participar como atores parceiros.

Esta política também passa, essencialmente pela regulamentação e fiscalização do manejo de resíduos nas áreas urbana e rural da cidade, de maneira que, os serviços de limpeza urbana de maneira geral seja executado e com qualidade.

Na política municipal de resíduos sólidos deve ser prevista a constituição de sistemas de provisionamento de recursos financeiros que promovam a continuidade de atendimento dos serviços de limpeza municipal, tratamento de resíduos e implantação de sistemas de disposição final, com vistas à proteção do meio ambiente e da saúde pública. Nesse sentido, o aparato legal deve ser observado, como as leis de responsabilidade fiscal, as leis de diretrizes orçamentárias municipais, etc.

A política deve ser elaborada de maneira tal que, garanta os direitos e obrigações dos usuários e dos prestadores dos serviços de limpeza municipal, em especial no que se refere à promoção da continuidade e qualidade na sua prestação, bem como o respeito aos contratos celebrados entre o órgão municipal e as empresas prestadoras de serviços relativos à limpeza urbana, quando terceirizado o serviço.

Tratamento, para fins de compostagem.

A responsabilidade compartilhada entre o Poder Público e a sociedade, deve assegurar a participação da população no acompanhamento da prestação dos serviços de limpeza municipal e no gerenciamento dos resíduos sólidos, nos termos da legislação pertinente, de maneira que a gestão dos serviços seja acompanhada pela população, a qual pode contribuir na identificação de problemas e falhas operacionais que possam reduzir a confiabilidade no sistema.

A população também deverá ter direito à informação quanto aos possíveis potenciais impactos dos produtos e serviços sobre o meio ambiente e à saúde pública, bem como respectivos ciclos de vida e etapas. Tal princípio está relacionado à garantia da limpeza das ruas e lotes/áreas vagas existentes nas cidades e à correta disposição final de resíduos sólidos em aterros sanitários.

A gestão e gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos devem ser prevista de maneira que haja racionalidade na execução dos serviços incluindo, inclusive, a mobilização social e educação para limpeza municipal em consonância com a política municipal de educação ambiental, e, independente do grau de abrangência da mesma.

Devem ser elaborados, ou previstos, programas que incentivem a reciclagem, de maneira que sejam propostas soluções de redução, reutilização, reaproveitamento, coleta seletiva, compostagem e reciclagem de resíduos, em preferência às formas de disposição final. Nesse sentido, deve ser previsto também, incentivos à pesquisa e à capacitação profissional para a gestão integrada, implantação e desenvolvimento da Política Municipal de Resíduos Sólidos.

A política municipal de Resíduos Sólidos deve ser elaborada visando também a conservação in situ: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades e características. Nesse sentido, a política deve abordar questões relativas ao planejamento, execução e fiscalização dos serviços de limpeza urbana de maneira que o mesmo não permita a disposição inadequada de resíduos em lotes, e áreas vagas, em cursos d'água e, também, elimine as formas de disposição irregular de resíduos em lixões, se esta ocorrer, e que quando a mesma ocorrer em aterros sanitários, que seja de forma adequada, procurando minimizar os impactos ao meio ambiente e priorizando, se couber a implantação de aterros sanitários.

6 – RESÍDUOS SÓLIDOS: DEFINIÇÃO.

Segundo a norma brasileira NBR 10004, de 2004 – Resíduos sólidos – Classificação, resíduos sólidos são: “aqueles resíduos no estado sólido e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exigem para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face de melhor tecnologia disponível”.

Já o Dicionário de Aurélio Buarque de Holanda define lixo como “tudo aquilo que não se quer mais e se joga fora; coisas inúteis, velhas e sem valor”.

Normalmente os autores de publicações sobre resíduos sólidos se utilizam indistintamente dos termos “lixo” e “resíduos sólidos”. Neste documento, resíduo sólido ou simplesmente “lixo” é todo material sólido ou semi-sólido indesejável e que necessita ser removido por ter sido considerado inútil por quem o descarta, em qualquer recipiente destinado a este ato.

Há de se destacar, no entanto, a relatividade da característica inservível do lixo, pois aquilo que já não apresenta nenhuma serventia para

quem o descarta, para outro pode se tornar matéria-prima para um novo produto ou processo. Nesse sentido, a idéia do reaproveitamento do lixo é um convite à reflexão do próprio conceito clássico de resíduos sólidos. É como se o lixo pudesse ser conceituado como tal somente quando da inexistência de mais alguém para reivindicar uma nova utilização dos elementos então descartados.

7- GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ADOLFO.

O correto gerenciamento de resíduos sólidos urbanos tem por finalidade estabelecer um conjunto de atividades que permita o correto processo de coleta, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados, como também, minimizar os passivos ambientais existentes e atender as necessidades da população e contribuir para a melhoria da saúde pública.

Assim, apesar de Adolfo possuir uma sistemática de coordenação da execução dos serviços de limpeza urbana que são gerados na cidade, há necessidade que seja elaborado um **Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS** que configure como um documento formal que venha a integrar o sistema de gestão ambiental de Adolfo e que aponte e descreva as ações relativas ao seu manejo contemplando os aspectos referentes à segregação, acondicionamento, identificação, coleta e transporte, armazenamento e disposição final, de maneira que tenha como objetivos principais:

- I - a redução da quantidade e nocividade dos resíduos gerados;
- II - o máximo de reaproveitamento, reutilização, recuperação e reciclagem de resíduos que não puderem ser evitados;
- III - disposição final realizada de maneira a assegurar a proteção ao meio ambiente e à saúde pública;

Elaborado o PGIRS, a partir de então, a coordenação, ou gerenciamento das atividades de limpeza urbana deverão obedecer a esse Plano, de acordo com as atividades devidamente realizadas.

Constituirão o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município, pelo menos, de maneira ampla, os seguintes itens, de acordo com a legislação vigente, com vistas ao reaproveitamento máximo dos materiais e otimização do espaço a ser utilizado na destinação final:

- I - Plano de gerenciamento de resíduos orgânicos domiciliares, de poda, de capina
- II - Plano de gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;
- III - Plano de gerenciamento de resíduos inservíveis (móveis e sucatas) de grande porte;
- IV - Plano de gerenciamento de resíduos de materiais recicláveis;
- V - Plano de gerenciamento de resíduos da construção civil.

A educação ambiental terá como objetivo conscientizar todos os trabalhadores da necessidade de cooperação de todos para a manutenção de um ambiente limpo e saudável. Deverão ser promovidas campanhas educativas de divulgação utilizando folhetos, cartilhas informando os cuidados com o trato com os resíduos, o desperdício e a vantagem de minimizar, reduzir, reciclar e reutilizar, além dos custos dos serviços e os aspectos ambiental sanitário.

PLANO DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO

Em qualquer das hipóteses o Plano de Gerenciamento deve prever medidas que impeçam:

- I - O lançamento de resíduos sólidos "in natura" a céu aberto, em áreas urbanas ou rurais;
- II - O lançamento de resíduos sólidos, em terrenos baldios, margens de vias públicas, sistemas hídricos, praias, áreas erodidas e poços ou cacimbas, mesmo que abandonados e em áreas de preservação permanente
- III - O lançamento de resíduos sólidos em sistema de redes de drenagem de águas pluviais, esgotos e similares;
- IV - O recebimento de resíduos sólidos de municípios vizinhos, seja para fins de tratamento ou de disposição final.

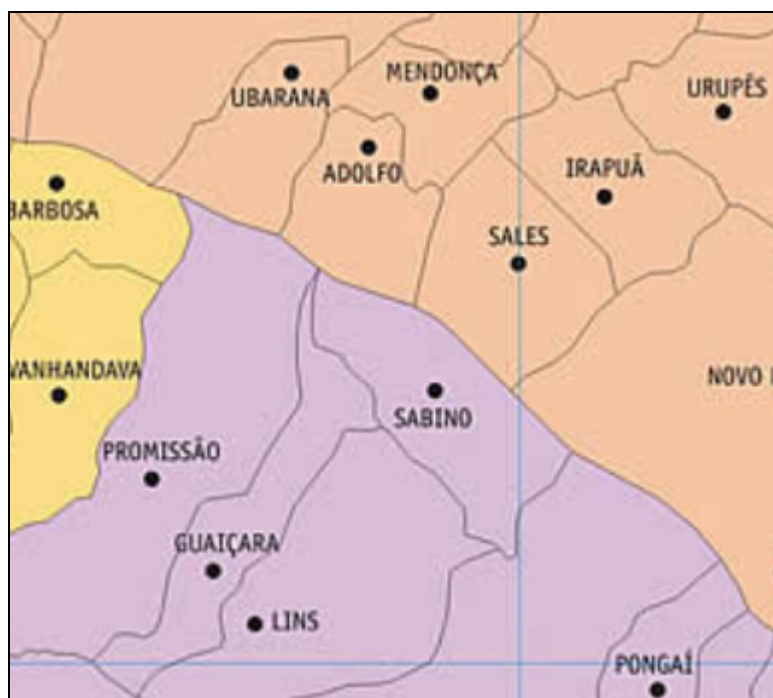
8 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ADOLFO

O município de Adolfo tem sua sede localizada na Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha - CBH / TB. As figuras abaixo ilustram a localização da Bacia no Estado de São Paulo e de Adolfo na Bacia.



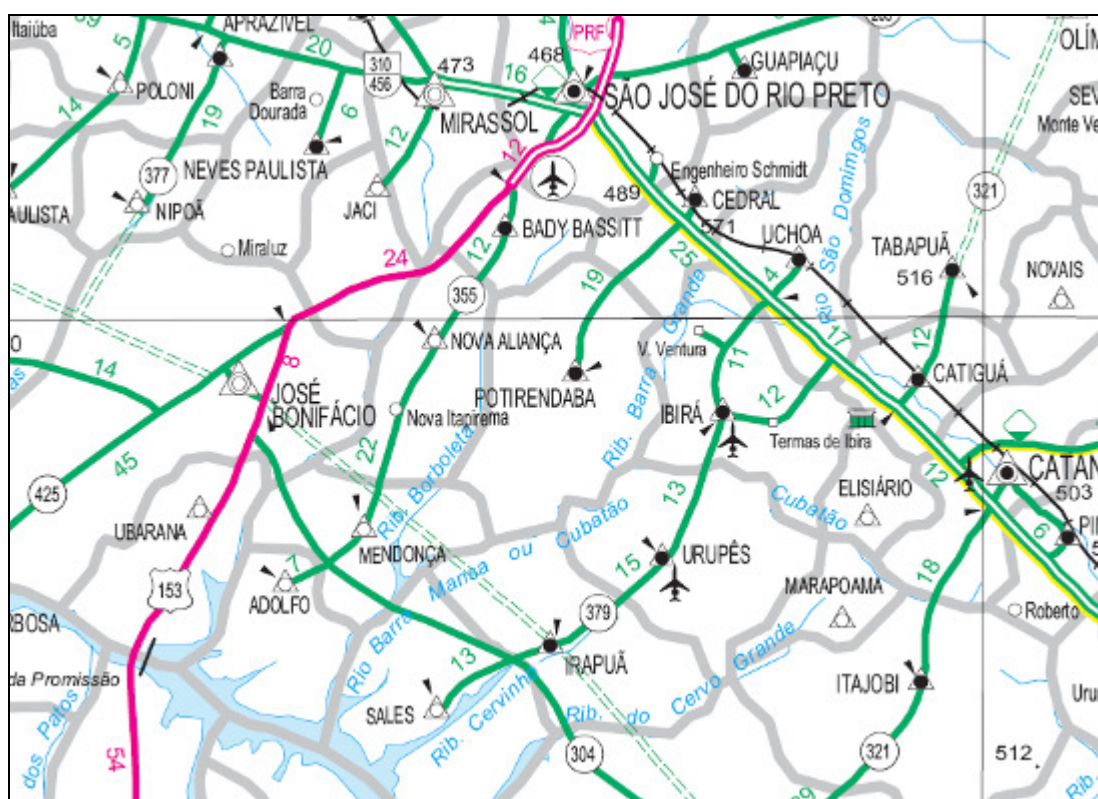
Fonte: Centro Tecnológico da Fundação Paulista - CETEC.

Adolfo pertence à Região Administrativa e Região de Governo de São José do Rio Preto. O município faz divisa com as seguintes cidades: Ubarana, Mendonça, Sales, Sabino e Promissão.



Fonte: Fundação SEADE.

O principal acesso à cidade é pela Rodovia Washington Luís SP-310 até a cidade de São José do Rio Preto. Dando continuidade pela BR-153, segue pela Rodovia Maurício Goulart SP-355.



Fonte: DER. Mapa do Estado de São Paulo.

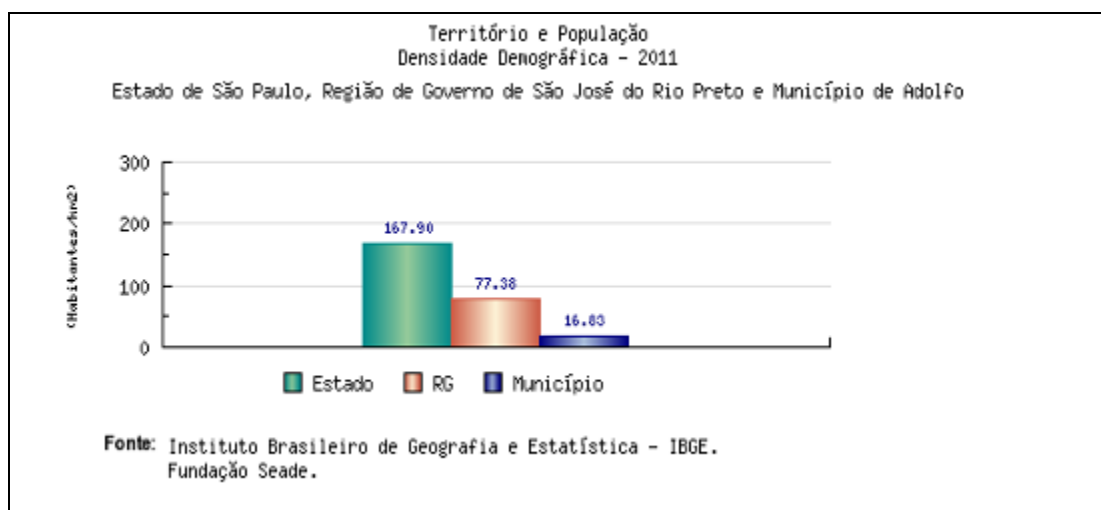
Quanto ao perfil sócio-econômico, Adolfo apresenta os seguintes dados:

Área (Km ²)	210,84
População Estimada em 2011 (hab.)	3.549
Densidade Demográfica (hab./Km ²)	16,83
Taxa Geométrica de Crescimento anual da População - 2000/2010 (%a.a.)	-0,34
Grau de Urbanização (%)	89,96
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) 2009	-
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM - 2000	0,795
Renda per capita (em salários mínimos)	1,47

Fonte: Fundação SEADE.

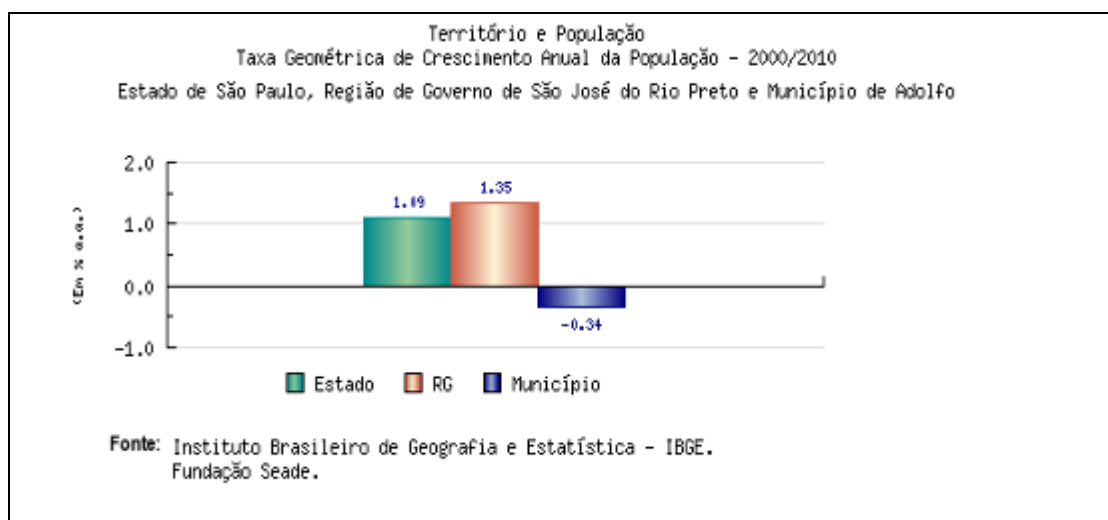
Densidade Demográfica

Número de habitantes residentes de uma unidade geográfica em determinado momento, em relação à área dessa mesma unidade. A densidade demográfica é um índice utilizado para verificar a intensidade de ocupação de um território.



Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2000/2010

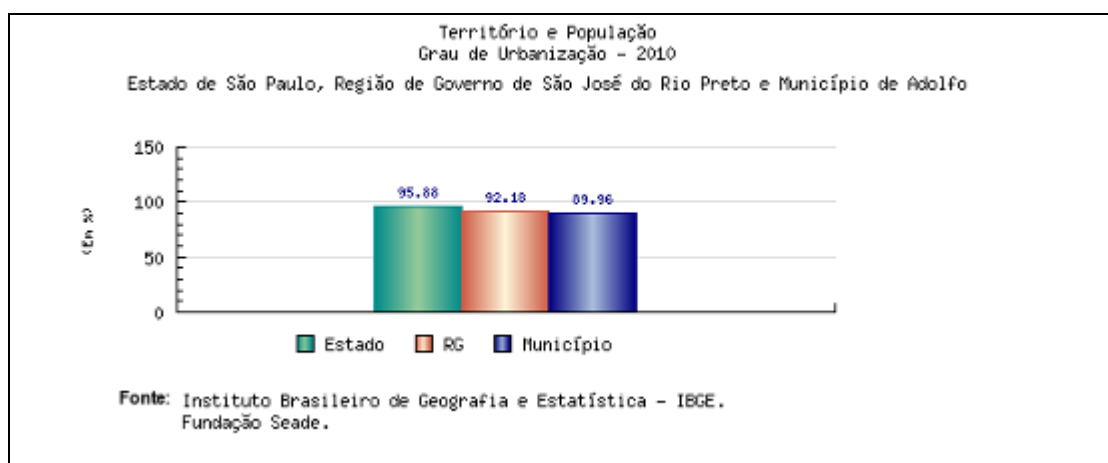
Expressa em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado período de tempo. Geralmente, considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.



Grau de Urbanização

Percentual da população urbana em relação à população total. É calculado, geralmente, a partir de dados censitários, segundo a fórmula:

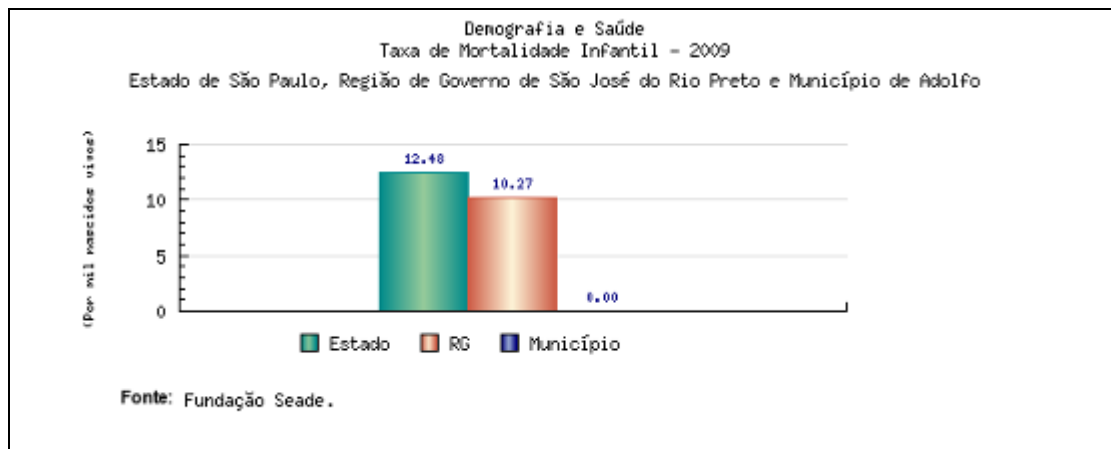
$$\text{Grau de Urbanização} = \frac{\text{População Urbana}}{\text{População Total}} \times 100$$



Taxa de Mortalidade Infantil

Relação entre os óbitos de menores de um ano residentes numa unidade geográfica, num determinado período de tempo (geralmente um ano) e os nascidos vivos da mesma unidade nesse período, segundo a fórmula:

$$\text{Taxa de Mortalidade Infantil} = \frac{\text{Óbitos de Menores de 1 Ano}}{\text{Nascidos Vivos}} \times 1.000$$



Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

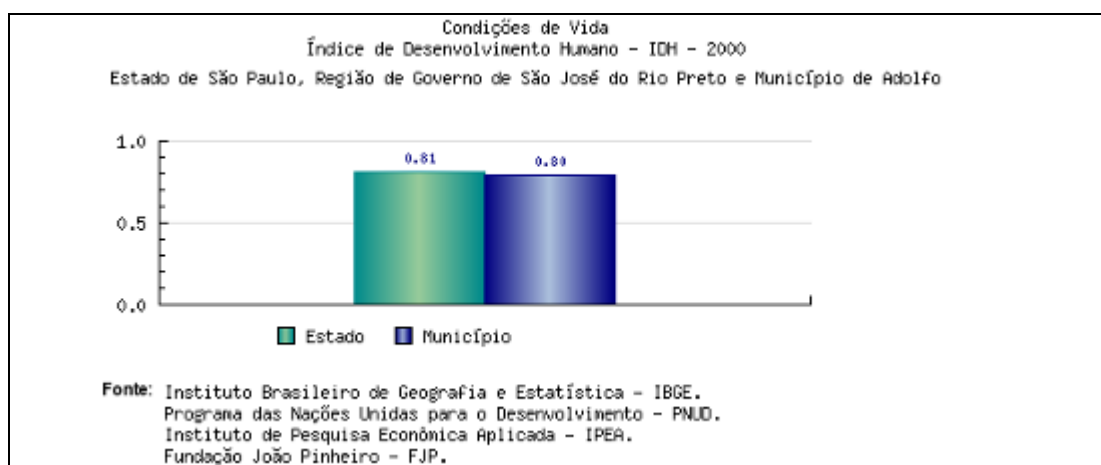
Indicador que focaliza o município como unidade de análise, a partir das dimensões de longevidade, educação e renda, que participam com pesos iguais na sua determinação, segundo a fórmula:

$$\text{IDHM} = \frac{\text{Índice de Longevidade} + \text{Índice de Educação} + \text{Índice de Renda}}{3}$$

Em relação à Longevidade, o índice utiliza a esperança de vida ao nascer (número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento). No aspecto educação, considera o número médio dos anos de estudo (razão entre o número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, sobre o total das pessoas de 25 anos e mais) e a taxa de analfabetismo (percentual das pessoas com 15 anos e mais, incapazes de ler ou escrever um bilhete simples). Em relação à renda, considera a renda familiar *per capita* (razão entre a soma da renda pessoal de todos os familiares e o número total de indivíduos na unidade familiar). Todos os indicadores são obtidos a partir do Censo Demográfico do IBGE. O IDHM se situa entre 0 (zero) e 1 (um), os valores mais altos indicando níveis superiores de desenvolvimento humano.

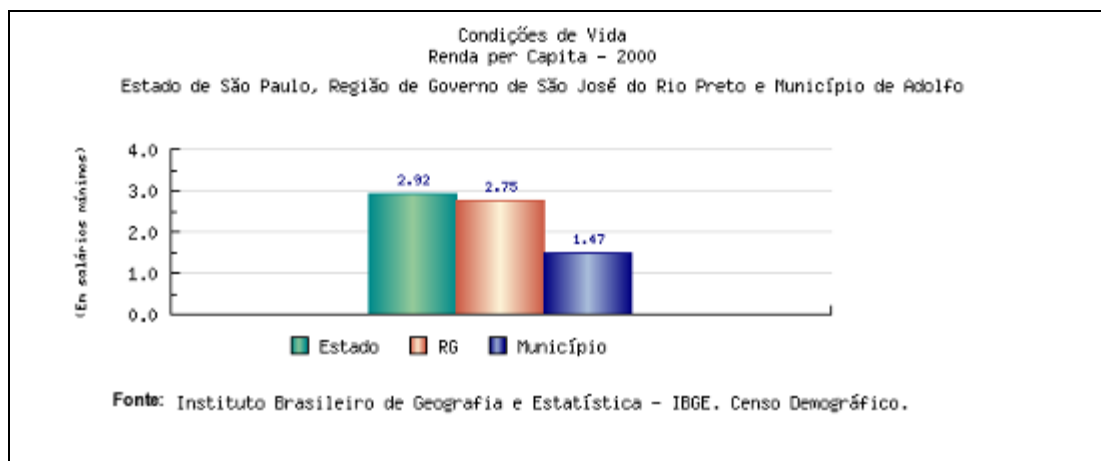
Para referência, segundo classificação do PNUD, os valores distribuem-se em 3 categorias:

- Baixo desenvolvimento humano, quando o IDHM for menor que 0,500;
- Médio desenvolvimento humano, para valores entre 0,500 e 0,800;
- Alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800.



Renda per Capita

Soma das rendas das pessoas residentes nos domicílios, dividido pelo total dessas pessoas.



Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS

Os indicadores do IPRS sintetizam a situação de cada município no que diz respeito à riqueza, escolaridade e longevidade. Segundo dados da Fundação SEADE, o Município de Adolfo se enquadra no **Grupo 3**, ou seja, municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões.

Infraestrutura Urbana

A Sabesp opera o sistema de água e esgoto no município de Adolfo. Segundo o último Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo – 2008, elaborado pela CETESB, o município de Adolfo apresenta os seguintes números quanto ao esgotamento sanitário.

Atendimento (%)		Carga Poluidora KgDBO/dia		Corpo Receptor
Coleta	Tratam.	Potencial	Remanesc.	
89	100	167	38	Cór. Sobrado

Fonte: CETESB, 2008.

Já o nível de atendimento ao abastecimento de água tratada para a população do município é de 100%.

Quanto aos resíduos sólidos, de acordo com a CETESB, a situação se encontra adequada, com o município gerando algo em torno de 2,6 ton/dia.

8- ASPECTOS HISTÓRICOS

Origem do nome e data da fundação

As terras férteis cobertas pela imensa mata de árvores frondosas encontradas à margem direita do lendário Rio Tietê, onde a penetração do homem se fazia por picadas. Segundo, dizem abertas pelas tropas do império que por aqui passavam para alcançar o Salto de Itapura, isso no ano de 1910, quando aqui habitavam apenas os animais selvagens em variedade bastante numerosa. Era proprietário da sesmaria de 7.500 alqueires a família Amaral Mendonça residente em Araraquara.

Até o ano de 1927, os proprietários das terras dedicaram-se ao trabalho de formação da fazenda realizando derrubadas e formando invernadas. A partir de 1928, sob a administração de Adolfo do Amaral Mendonça, deu-se início a plantação de café com as primeiras duzentas mudas vindas de Bocaina/SP, iniciando o ciclo de desenvolvimento de uma cultura que viria determinar o desenvolvimento do lugarejo e da própria região.

A fertilidade das terras atraiu a atenção dos lavradores que para aqui vinham procedentes dos povoados vizinhos e novas fazendas foram se formando e assim a floresta que era densa cedia lugar às grandes plantações de café, milho e invernadas.

Em 1936, em franco desenvolvimento, já o número de propriedades agrícolas era bastante considerável. A formação de um povoado para as práticas das atividades religiosas e comerciais já era sentida pelos habitantes do vilarejo, que além da distância de outros povoados encontravam a dificuldade de acesso. Foi então que o senhor Vitório Voltolini, Pastor Protestante desejando erguer um templo religioso, fez o loteamento de uma pequena gleba de terra de sua propriedade dando-lhe o nome de Jericó. Até o ano de 1941, a Vila se desenvolvia dentro da propriedade do Pastor que pregava a doutrina protestante dentro da propriedade por ele erguido e que servia também como escola.

A falta de um templo católico levou os habitantes locais a solicitarem do senhor Adolfo do Amaral Mendonça permissão para construírem em terreno de sua propriedade próximo a Vila Jericó, uma igreja católica. Para atender esta solicitação no dia 15 de agosto do mesmo ano o Pe. João Nolte, celebrava a 1ª missa dando por inaugurada a Capela erguida pela população tendo como Padroeiro São José.

Com o prolongamento da Vila em terras do Sr. Adolfo do Amaral Mendonça, onde fôra erguido o templo católico, levantou-se a questão sobre a denominação da Vila. De um lado os protestantes mantinham o nome de Jericó e do outro lado os demais habitantes queriam a denominação de Maitinga. Para por fim a questão, foi então decidido o nome de Adolfo, prenome do maior proprietário das terras.

Decidido o nome, continuando o crescimento do vilarejo, em 1944 foi criado o Distrito de Adolfo, pertencendo ao município de Nova Aliança, conforme o Decreto Estadual nº. 14.334 de 30 de novembro de 1944.

Em 1958, liderada pelo senhor Adolfo Moreira Filho, inicia-se a luta junto a Assembléia do Estado de São Paulo, para pleitear a elevação do então Distrito a categoria de Município. No ano seguinte em 18 de fevereiro foi promulgada a Lei Estadual nº. 5.285 de 18 de fevereiro de 1959, criando o município de Adolfo. Em outubro do mesmo ano realizou-se a primeira eleição municipal, tendo os eleitos tomado posse em 1º de janeiro de 1960.

A data de emancipação político-administrativa é comemorada em 30 de Novembro.



9- ASPECTOS TECNOLÓGICOS

O Sistema de Coleta dos Resíduos Sólidos Urbanos na cidade de Adolfo compõe-se atualmente de coleta feita em 100% da malha urbana, utilizando-se um Caminhão de Coletor e tratamento final dos resíduos estão implantados no sistema de aterro em valas devidamente licenciado empregando uma máquina pá carregadeira e uma retroescavadeira para manutenção e recobrimento das valas.

A coleta é feita diariamente em toda cidade, sendo o lixo coletado depositado em valas e coberto com a terra retirada para confeccioná-las. Esse procedimento garante o bom funcionamento do programa.

O Galpão destinado ao armazenamento de materiais recicláveis de Adolfo, servirá de apoio aos catadores cadastrados pelo município.

Fundamentado na premissa de que a Administração Pública deve se balizar no alcance social das obras a que se dispõe executar em prol da comunidade, a Municipalidade pretende intensificar conjuntamente na cidade, um Sistema de Coleta Seletiva de Lixo alinhado com um amplo Programa de Educação Ambiental, junto aos munícipes visando alterar paradigmas culturais, além de estabelecer e criar fontes de receita e utilização de mão de obra na produção de derivados do lixo.

10- ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A melhoria do Sistema de Coleta Seletiva de Lixo, assim como a realização de amplo Programa de Educação Ambiental, junto aos usuários do Sistema tem como objetivo primordial formar a pirâmide RECURSOS

FINANCEIROS - OBRA – ALCANÇE SOCIAL, isto é, com recursos financeiros realizar obra ou serviço necessário e produzir alternativa de fonte de renda a população mais carente, além de produzir grande impacto benéfico ao meio ambiente.

Com a execução do proposto pretende-se em curto espaço de tempo modificar hábitos e costumes de toda a população da cidade de Adolfo, interagindo os habitantes com a Administração Municipal em busca de objetivos sadios e de impacto no Meio Ambiente.

Com o sistema funcionando corretamente evitando a proliferação de vetores transmissores de doenças como, a dengue, parasitas e etc.

Sendo objetivo indireto porem também de grande peso social, a pretensão de dar destino final aos resíduos sólidos domiciliares de tal maneira a formar mão de obra especializada. Principalmente na orientação da comunidade, no reaproveitamento de embalagens plásticas e outros materiais.

Acrescente-se ainda que com a implantação ordenada do Programa objetiva –se ainda ampla alteração na mentalidade das crianças e dos jovens dentro das próprias escolas, com consequente debate e engajamento de todos.

O que se pretende com a implantação do Sistema é alterar o processo cultural das pessoas, hoje acostumados a “juntar” o lixo em sacos e depositá-los para que o lixo recolha.

Para tanto a Metodologia Básica a ser aplicada neste processo, já envolvendo o Programa de Educação Ambiental, será formatizada da seguinte maneira:

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

10.1- DIAGNOSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS E COLETA:

Objetivo: Identificar todos os problemas relacionados ao assunto e a partir desse dados encontrar soluções e funcionalidade para a execução do Projeto:

Tópicos:

- Levantamento de dados secundários sobre a demografia, zoneamento urbano e legislação existente no município;
- Cadastramento das possíveis interferências e suas ramificações,
- Estudos sobre a sistemática atual da coleta do lixo doméstico pelo Caminhão, incluindo itinerário e periodicidade,
- Verificação sobre serviços já implantados no município no que tange à Educação Ambiental ligada ao Meio Ambiente,
- Realização de Pesquisa qualitativa junto a população a partir dos dados preliminares obtidos, com elaboração de questionário de perguntas e respostas,

- Documentário em vídeo da situação inicial da disposição dos resíduos.

10.2 – TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

1. **Objetivo:** Treinamento e capacitação dos Professores da rede Municipal, funcionários públicos municipais ligados à limpeza pública, coleta de lixo domiciliar e corpo administrativo. Tendo em vista envolve-los com a causa para que os mesmos possam saber da importância deste projeto só assim haverá resultados positivos para formação de verdadeiros cidadãos.

Tópicos:

- Conteúdo programático:
 - Meio Ambiente, saúde, educação
 - Lixo e cidadania
 - Desperdício e consumo
 - Limpeza urbana, motivação e valorização do profissional
 - Descarte e disposição adequada dos resíduos sólidos
 - A contribuição da escola e da comunidade para questão resíduos sólidos
- **Metodologia:**
 - Palestras, debates, estudos do meio em grupo, discussão de textos e documentários em vídeos e elaboração do plano de ação.
- Perfil dos profissionais Docentes:
 - educadores ambientais com formação na área de saúde, biologia e trabalhos realizados na área social e aterro sanitário.

Meta: Envolver maior numero possível de funcionários públicos, incluindo os professores da Rede Estadual.

Seleção dos candidatos : manifestação espontânea através de inscrições, profissionais da limpeza pública, professores e coordenadores.

Local da Realização: Escola Municipal Amilde Tedeschi.

10.3 – OFICINA PARA TREINAMENTO DOS EXECUTORES DO PROGRAMA

Objetivo:

Treinar os jovens da comunidade, para que eles possam exercer a função de instrutor da comunidade de como separar o lixo orgânico do não orgânico, fazendo a coleta e armazenamento do material que eventualmente seria descartado pela população, possibilitando uma renda alternativa.

Conteúdo Programático:

- Meio Ambiente e lixo
- Cidadania e meio ambiente
- Conceito de coleta seletiva, Separação e Reciclagem

- Organização Social do Trabalho
- Mercado de resíduos e agregação de valor
- Noções de Cooperativismo e Administração Comercial

Metodologia : Dramatização, trabalho em grupo, jogos educativos.

Exercícios práticos, Visitação no aterro, pesquisa de campo, instrução caso a caso.

Número de Cursos:2

Corpo Docente: 4 Profissionais, na área ambiental, social, direito e administrativo.

Perfil dos Docentes: educador ambiental, profissional na área social com experiência em comercialização dos materiais recicláveis, psicólogos, advogados com experiência em legislação para cooperativas, operador de aterro.

10.4- CONFEÇÃO DO MATERIAL EDUCATIVO E DE EQUIPAMENTOS

- Objetivo: Fornecer material didático de apoio, para professores e instrutores da comunidade:

- Tópicos:

- A importância do lixo na história
- O significado do lixo na comunidade
- Lixo e destinação final
- O que é Coleta Seletiva
- O significado da reciclagem
- Redução do consumo e minimização dos resíduos
- A contribuição da Escola para solução da questão do lixo

Publico alvo: Alunos das escolas municipais e estaduais, igrejas e associações e clube da 3ª idade.

Meta a atingir: comunidade estudantil, instituições, totalizando 2.000 pessoas em 4 meses.

10.5 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

- Objetivo: Depois de treinar todo pessoal operacional faremos então a implantação do programa nas escolas, igrejas, associações, nas residências porta a porta para atingirmos todos os níveis da comunidade inclusive os analfabetos e idosos.

- Perfil dos profissionais coordenadores do programa: 02 profissionais da área ambiental, 01 educador.

- Tópicos: Informar a população caso a caso como se faz a separação do lixo, a importância deste trabalho, como lixo é reaproveitado, ganho ambiental proporcionado.

- Metodologia: Usando as cartilhas explicativas, levando ao conhecimento a existência dos (Local de Entrega Voluntárias) LEVs, explicando casa a casa como será feita a coleta, o horário etc.

- Objetivo: Avaliar o trabalho de uma forma geral, analisando através de vídeo documentário a mudança que virá com a implantação do programa. Colocando todas as dificuldades encontradas e soluções para os problemas que eventualmente surgiram durante a implantação, focando a continuidade do programa.

- Conteúdo Programático:
Comportamento da comunidade
Reflexos sociais que ocorreram
Objetivos atingidos com relação ao meio ambiente
Educação, saúde e ganho ambiental
Metodologia:
- Reuniões com pessoal operacional da limpeza e coleta, educação, Saúde e administrativo.
- Meta: Aparar arestas para que se possa dar continuidade e melhorar para novas realizações educacionais.
- Corpo Participativo: Todos os profissionais que realizaram o programa e os agentes técnicos fiscalizadores da sua execução.

10.6- ASPECTOS FINANCEIROS

O valor financeiro para a manutenção de equipamentos, máquina, veículos para a Coleta Seletiva de resíduos sólidos se encontra previsto em orçamento anual com receita própria já incluso no IPTU.

10.7- PRAZOS DE IMPLANTAÇÃO

A implantação do Sistema de Coleta seletiva de Lixo e do Programa de Educação Ambiental se fará no período entre 30 e 60 dias conforme a atividade.

Portanto, dada a disposição conforme o Cronograma apresentado, temos que os Programas deverão ser desenvolvidos num total de 180 dias, para o cumprimento do Programa.

11- SERVIÇOS EXECUTADOS

O Município é responsável pelo planejamento e execução, com regularidade e continuidade, da limpeza municipal, exercendo a titularidade dos serviços, independentemente dos serviços serem prestados de forma indireta.

O serviço de limpeza urbana do Município de Adolfo é regulamentado pelo Código de Posturas do município, Lei nº. 003/1984, necessitando de uma atualização. A execução dos serviços de limpeza urbana é de responsabilidade do Departamento de Serviços Gerais da Prefeitura Municipal de Adolfo.

Os principais serviços executados são:– Coleta domiciliar manual – Coleta seletiva de materiais recicláveis;– Coleta dos resíduos sólidos de serviços de saúde;(de forma terceirizada)– Varrição manual de vias e logradouros públicos;– Capina manual e mecanizada;– Roçada manual e mecanizada;– Pintura de meio fio;– Limpeza de bocas de lobo;– Fornecimento de máquinas para o aterro sanitário;– Campanha de educação ambiental.

11.1- ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS DOMICILIARES

Os resíduos sólidos domiciliares/comerciais apresentados para a coleta, pela população, na sua maioria são acondicionados de forma correta. Em alguns bairros e casas comerciais, lanchonetes, bares e mercearias, os resíduos são apresentados para a coleta em recipientes reutilizáveis de metal ou plástico e com capacidade volumétrica variável, sem o devido acondicionamento prévio. Diversos recipientes não têm tampa, ficando os resíduos expostos no mesmo e sujeitos a intempéries e ao revolvimento por animais. Esta situação não é a ideal, pois propicia condições de proliferação de vetores diversos e exalação de mau cheiro. Entretanto, a Prefeitura Municipal vem realizando campanha educativa para conscientizar a população sobre o correto acondicionamento dos resíduos.

11.2- COLETA DOMICILIAR

O planejamento básico das atividades relacionadas à coleta domiciliar decorre das características específicas dos serviços a executar, em função do volume de resíduos a coletar diariamente nas áreas urbana e a frequência de coleta pré-determinadas nas áreas de expansão urbana, associadas ao sistema de limpeza pública. Assim sendo, as informações fornecidas, aliadas ao conhecimento das condições locais, tornaram possível a definição da estratégia proposta para a realização dos serviços de coleta, abrangendo o universo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Adolfo. Nestas condições, os trabalhos descritos nesse item abrangem os serviços de coleta regular utilizando caminhões compactadores nos períodos diurno, e com frequência diária, de todos os resíduos especificados a seguir, desde que acondicionados nos recipientes, adequados encontrados nas vias e logradouros, originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e residenciais:– Resíduos domiciliares, inclusive os resultantes de varredura;– Resíduos sólidos originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços e comerciais, exceto os resíduos sólidos da área de saúde e congêneres e que apresentarem periculosidade segundo a NBR 10.004 da ABNT.

11.3- Coleta Seletiva Aspectos Gerais:

A coleta e transporte de materiais recicláveis é o recolhimento regular de todo material que tenha condições de reaproveitamento (papel, papelão, plástico, vidro, metais ferrosos e não ferrosos), separados na fonte de geração e colocados para coleta seletiva.

A população será orientada através de campanhas a separar o lixo úmido (restos de comida, cascas de alimentos, resíduos de banheiro) do lixo seco (metais, papéis, plásticos, vidros). O programa visa promover a separação correta dos resíduos através de campanhas de mobilização e educação

ambiental que vão atingir todas residências, comércios, serviços, indústrias e demais geradores de resíduos. Um dos objetivos é reduzir o volume de resíduos coletados na cidade para aumentar a vida útil do aterro sanitário, promover o não-desperdício e o uso racional dos materiais através da reciclagem dos resíduos comuns, o que resultará em melhoramento da qualidade de vida da população e proteção do meio ambiente, já que os resíduos são considerados um grande poluidor e um dos maiores causadores de doenças. Segundo ao Departamento de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Adolfo, o grande diferencial do programa é o seu fim social. A coleta seletiva garante renda para as famílias que trabalham com a separação dos resíduos secos, pois os mesmos (aquele que pode ser reciclado) são comercializados com as empresas recicladoras. De acordo com dados do Departamento, a coleta seletiva está sendo muito bem aceita pela população, tendo em vista que em 2010, a Prefeitura protocolou junto ao FHEIDRO, proposta para construção de um Galpão para Armazenagem de Recicláveis, para atender os catadores cadastrados.

11.4- COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - RSSA

A coleta dos resíduos de serviços de saúde é realizada por empresa terceirizada responsável, com a utilização de veículos especiais transportado para outro município para destinação final. A coleta é executada, com frequência semanal nos locais pré-estabelecidos em função da localização das fontes geradoras de resíduos sépticos. Os resíduos são acondicionados de forma disciplinada, obrigatoriamente em sacos plásticos de cor branca, padronizados conforme estabelecem as normas da ABNT, sendo os perfuro-cortantes acondicionados em caixas de papelão conforme estabelece a legislação. Os resíduos coletados são encaminhados para pré-tratamento (desinfecção e trituração) em um sistema de autoclave, o qual possui licença de operação.



11.5- CAPINA

O planejamento da capina tem como base toda a extensão de vias do município e é adotada uma programação permanente para realização desse serviço. O qual também é executado sob demanda (solicitação de algum morador). A largura de faixa capinada varia de acordo com o tipo de pavimentação. É realizada capina manual e capina mecanizada. São empregados capinadores, para a execução deste serviço. Para a coleta dos resíduos resultantes desta atividade, emprega-se 01 caminhão basculante com motorista e 02 ajudantes, para recolher os resíduos da capina. Os resíduos são transportados para o atual aterro sanitário. Os serviços são realizados por equipe equipada com enxadas, foice, garfo, vassoura, carrinhos de mão, picareta e pá, dispostas ao longo do trecho em intervenção, que removem os detritos e promovem a formação de montes até o recolhimento final pelo caminhão coletor. Durante o processo de limpeza e raspagem todos os detritos encontrados nas sarjetas e passeios também são removidos quando da realização desses serviços. Para a remoção dos resíduos da frente de trabalho e transporte para o local de bota-fora, são utilizados caminhões basculantes operados por 01 motorista e 02 ajudantes, que depositarão os resíduos na caçamba com o auxílio de forcados, logo após a conclusão dos serviços em cada trecho. Nas Figuras pode ser observada a operação de capina em vias logradouros públicos de Adolfo.

Outros serviços (Capina e roçada manual, roçada mecanizada, varrição, pintura de meio fio e limpeza de bocas de lobo) Os serviços de limpeza pública compreendem os serviços de roçada manual, roçada mecanizada, pintura de meio fio, limpeza de bocas de lobo, e coleta dos resíduos das lixeiras públicas. As áreas de lazer do município recebem o mesmo tratamento que é dispensado à limpeza dos logradouros públicos. Nas Figuras podem ser observadas a execução de varrição e pintura de meio-fio.



11.6- MOBILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

A mobilização e sensibilização ambiental será trabalhada pela rede de ensino envolvendo os estudantes principalmente de nível médio. As equipes executarão as atividades de orientação educativa através de panfletagem e palestras em escolas, postos de saúde, dentre outros departamentos públicos. Além da divulgação em próprios municipais, divulgarão ainda de porta em porta sobre diversos temas relacionados ao sistema de limpeza pública. A elaboração dos panfletos é responsabilidade do Departamento de Meio Ambiente, em conjunto com as Escolas, do Conselho Municipal de Meio Ambiente, da Coordenadoria de Saúde, e da Secretaria de Comunicação.

12- LEGISLAÇÃO EXISTENTE

O município Adolfo possui legislação municipal no que concernem os aspectos ambientais. Constituem como parte desta política municipal, como se nela estivesse transcrito as seguintes Leis: • Lei nº. 003/1984 "INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE ADOLFO; LEI Nº.640/2005 "AUTORIZA O EXECUTIVO A MULTAR E ADVERTIR OS POSSUIDORES DE QUALQUER TÍTULO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA ZONA URBANA OU DE EXPANSÃO URBANA" LEI Nº.687/2007 "ESTABELECE A POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MECANISMOS DE FORMULAÇÃO E APLICAÇÃO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"; LEI COMPLEMENTAR Nº.039/2009 "CRIA NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE ADOLFO, INSTITUIDA PELA LEI COMPLEMENTAR DE Nº. 007/2002 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002, O DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE; ACRESCENTA ARTIGOS; SEÇÃO IX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"; LEI Nº.762/2009 "DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO O CALENDÁRIO MUNICIPAL DE DATAS COMEMORATIVAS ASSOCIADAS AOS TEMAS AMBIENTAIS, LEI Nº.764/2009 "DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FORMA TRANSVERSAL NA ESCOLA MUNICIPAL; LEI Nº. 772/2009 "DISCIPLINA O PLANTIO, O REPLANTIO, A PODA, A SUPRESSÃO, E O USO ADEQUADO E PLANEJADO DA ARBORIZAÇÃO URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; LEI Nº.769/2009 "ALTERA A NOMENCLATURA DO CONSELHO E FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE –COMDEMA – INSTITUIDO PELA LEI Nº.687/2007, DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 8º. DA REFERIDA LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"; LEI Nº.773/2009 "DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE COLETA SELETIVA NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO ; INSTITUI REGRAS PARA O FUNCIONAMENTO DESSE SERVIÇO NO AMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"; LEI Nº.780/2009 "DISCIPLINA O FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS QUE ATUAM NA EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS"; LEI Nº.827/2010 "DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICAS DE PROTEÇÃO DE MEIO AMBIENTE, DE INTERESSE COMUM."; LEI Nº.833/2010 "DISPÕE

SOBRE O FECHAMENTO DE TERRENOS NÃO EDIFICADOS; CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS(CALÇADAS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”; LEI Nº.852/2011 DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 15º., E PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 16º., DA LEI MUNICIPAL 833/2010 DE 22 DE OUTUBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, LEI Nº.839/2010 “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVENIO DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA, DELEGA COMPETÊNCIAS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO, INCLUSIVE TARIFÁRIA, DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO A AGENCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP- AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PROGRAMA COM A COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP- PARA EXECUÇÃO DESSES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

13- CONCLUSÃO

Como relatado neste documento, a situação da disposição final de resíduos sólidos urbanos em Adolfo ocorre de forma regular, segundo normas de engenharia, não acarretando em impactos diretos ao meio ambiente e a saúde pública. O aterro sanitário atende satisfatoriamente a demanda do município, no entanto para prolongar sua vida útil, a Prefeitura deve adotar medidas que facilitem a adoção de ações mitigadoras, viabilizando em primeiro lugar a reciclagem e reutilização de materiais considerados inservíveis e, posteriormente, a disposição adequada dos resíduos que não sejam passíveis de reaproveitamento. No entanto, para que isto ocorra, a Prefeitura deve contar com instrumentos jurídicos que permita, ou facilite, a adoção de medidas que venham a promover a reciclagem e reutilização de resíduos, assim como propicie a implantação de um sistema de destinação final adequado para os resíduos sólidos urbanos. Nesse sentido, a Prefeitura conta com a colaboração do Legislativo Municipal, na aprovação de leis direcionadas para as questões de natureza ambientais.